

## Economia

Zélia volta a bater na tecla de que o combate à inflação não deve sacrificar a população de baixa renda. Mas não haverá congelamento.

# O novo plano mantém as metas da campanha

O programa de estabilização econômica que será entregue ao presidente eleito Fernando Collor de Mello na segunda-feira mantém as linhas básicas da política econômica proposta nas "Diretrizes de Ação do Governo", documento apresentado pelo candidato do PRN na campanha eleitoral. Foi o que garantiu ao JT, por telefone, a economista Zélia Cardoso de Mello, responsável pela elaboração do documento e que agora coordena a equipe de técnicos que está concluindo o programa de estabilização.

Pelo plano de governo, o novo presidente promoverá uma ampla reforma administrativa (com extinção de 50 mil cargos de confiança), patrimonial e fiscal, e "não admite a adoção, dadas as imensas desigualdades sociais no Brasil, de medidas de combate à inflação que recaiam ainda mais sobre os deserdados, os desassistidos e os trabalhadores". Não há dúvida, para Zélia, que o combate à inflação será gradual.

Além de não detalhar as medidas que o plano de estabilização adotará para atingir esse objetivo, a economista também não quis comentar as informações que lhe garantem o posto de ministra da Economia. "Sem o anúncio do presidente, tudo o que se disse até agora sobre o futuro ministério não passa de especulação", desconvolveu ela.

A esta altura, ela está evitando contatos com a imprensa, e dá suas razões: "Estamos na realidade concluindo uma proposta de programa que ainda será avaliada por Collor. Portanto, falar numa coisa que ainda está no campo das propostas seria incentivar especulações e provocar certa intranquilidade no setor produtivo".

Pelo menos um ponto Zélia garantiu: o congelamento de preços nem sequer foi considerado pelos grupos de trabalho (60 técnicos e economistas) que participam da elaboração do programa de estabilização. Na sua opinião, existem outras formas de atacar a inflação sem sacrificar a população de baixa renda.

Zélia tem dito a assessores que um congelamento, na atual conjuntura econômica vivida pelo País, é um risco, pois sua adoção representaria um caminho mais rápido para a hiperinflação. Carlos Henrique Moraes, um dos principais assessores da virtual ministra da Economia, também se referiu a outras formas de combate à inflação que não impliquem novos sacrifícios aos pobres. Ao contrário do que alguns jornais chegaram a noticiar, a distribuição de uma cesta básica para a população de baixa renda não foi



Zélia, falando pouco.

descartada por Zélia e sua equipe.

A medida teria de ser adotada sem paternalismo e clientelismo, exigindo também a superação da dificuldade para catalogar os trabalhadores da economia informal com direito à cesta. "Não é difícil saber o número de trabalhadores com carteira profissional que dispõem da cesta", diz Moraes. "O problema é esse outro lado da economia. Temos um dado mostrando que a economia informal absorve mais de 50% da massa trabalhadora do Brasil."

Por isso, a equipe de Zélia analisou durante toda a semana os estudos feitos pela Associação Brasileira das Indústrias Alimentícias (Abia) como contribuição ao plano. Na visão da Abia, a distribuição da cesta básica poderia provocar desvios no abastecimento e até um mercado paralelo de produtos básicos. Sua proposta é uma política de livre mercado, com extinção dos órgãos que controlam preços.

Em troca, o setor produtivo — da agricultura ao atacadista, passando pelas indústrias e supermercados — se comprometeria a colocar 20 produtos básicos no mercado com preços até 40% mais baixos do que os atualmente praticados. O presidente da Abia, Edmundo Klotz, confirma essa proposta, que deu certo em períodos inflacionários da Itália e Chile.

O governo liberou os preços, mas pelo acordo conseguiu, no caso do Chile, que o setor produtivo colocasse 30 produtos 40% mais baratos no mercado. Esse mix era fiscalizado, e não houve retenção de estoques como nos congelamentos do Plano Cruzado e do Plano Bresser.

No entender do empresário isso foi possível porque, como os demais preços estavam liberados, não houve defasagem de custos, e o setor produtivo pôde manter seus lucros na média.

Joel Santos

## Empresários já elogiam Zélia e a aceitam como ministra

O nome da economista Zélia Cardoso de Mello começa a ser absorvido pelos empresários, economistas e sindicalistas como a futura ministra da Economia do governo Collor de Mello. O fato de ela poder vir a ser a primeira mulher a comandar a economia brasileira não chega a assustá-los, pois até agora Zélia tem demonstrado bastante competência e "jogo de cintura" nas articulações para assumir o cargo.

Apesar de afirmar que não a conhece, o diretor-superintendente do Grupo Votorantim, Antonio Ermírio de Moraes, disse que Zélia tem todas as condições de ser a ministra da Economia. Antonio Ermírio observou ser preciso conhecer melhor o projeto econômico do presidente eleito, Fernando Collor, para analisá-lo de forma mais profunda, mas considera positiva a proposta de redução da presença do Estado na economia e privatização das estatais.

O vice-presidente executivo do Grupo Duratex, Paulo Setubal, praticamente não tem mais dúvidas de que Zélia realmente será a responsável pelo comando da economia no governo Collor e também que ela é competente para assumir o cargo. "A sua formação tem origem na Faculdade de Economia da USP e a Zélia tem demonstrado nos seus contatos uma grande virtude: a de saber dialogar e estar aberta para outros pontos de vista sobre a eco-



Ermírio: bons indícios.

nomia" — salientou Setubal. "O que talvez falte um pouco é experiência administrativa, o que pode ser perfeitamente superado com a formação de uma sólida equipe de assessores."

O presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Albano Franco, considera por sua vez que toda a sociedade brasileira tem que dar o seu apoio ao plano de estabilização econômica que a equipe de Zélia Cardoso pretende apresentar na próxima semana ao presidente eleito. Albano Franco receia, porém, que as medidas do novo governo não sejam graduais conforme Zélia Cardoso vem garantindo, mas baixadas na forma de um único pacote, com o objetivo de criar um impacto maior junto aos agentes econômicos.

Já, o ex-ministro Roberto Campos considera ser cedo para analisar de maneira mais detalhada o programa econômico que Zélia entregará a Collor. "Sequer nós sabemos qual será a formação da equipe", ponderou o economista. Entretanto, o senador Roberto Campos (PDS/MT) observou que pelo que já foi divulgado do programa, é possível afirmar que está na direção certa, defende a diminuição do grau de intervenção do governo na economia e pretende deflagrar um plano concreto de privatização das estatais. O risco, contudo, advertiu Campos, é que a equipe econômica de Collor não resista à tentação de promover novo congelamento de preços e salários e elevar a carga tributária com intuito de reduzir a inflação. Além disso, o economista receia que o mecanismo de indexação seja extinto. "A eliminação da correção monetária tem de ser gradual e não abrupta", afirmou Campos.

Para o presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo, Luiz Antonio Medeiros, a escolha de Zélia Cardoso de Mello para o Ministério da Economia é acertada porque ela tem grande afinidade com o presidente eleito, e ambos poderão governar juntos. "Desta vez não será o governo de Mailson, do Funaro ou do Delfim, e sim de Collor de Mello, que mantém um bom relacionamento com Zélia", disse Medeiros.